

# ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

## Elaboração das Metas Nacionais do Poder Judiciário para 2026

DATA E HORÁRIO	LOCAL
9 de junho de 2025, de 10h às 12h	Presencialmente no Plenário Ipê – Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (Goiânia, Goiás) e virtualmente pelas plataformas ZOOM e YouTube.
OBJETIVO	PARTICIPANTES
Discutir e propor sugestões para as Metas Nacionais do Poder Judiciário para 2026, promovendo um diálogo democrático e colaborativo entre magistrados, servidores, advogados, representantes sindicais e da sociedade civil.	Lista de presença anexa. Vídeo do evento: <a href="https://youtu.be/jiC_f4mFMc4">https://youtu.be/jiC_f4mFMc4</a>



## Participações - Presenciais e Telepresenciais

### REPRESENTANTES DOS TRIBUNAIS

- Desembargador Eugênio Cesário - Presidente do TRT da 18ª Região (anfitrião)
  - Desembargador Jéferson Alves Silva Muricy – Presidente do TRT da 5ª Região
  - Desembargador Ruy Salathiel de Albuquerque e Mello Ventura – Presidente do TRT da 6ª Região
  - Fernando José Antônio de Freitas Lima – Secretário-Geral da Presidência do TRT da 7ª Região, representando a Desembargadora Fernanda Maria Uchôa de Albuquerque – Presidente do TRT da 7ª Região
  - Desembargadora Sulamir Palmeira Monassa de Almeida – Presidente do TRT da 8ª Região
  - Desembargador Arion Mazurkevic – Gestor de Metas do TRT da 9ª Região
  - Desembargadora Quézia de Araújo Duarte Nieves Gonzalez – Vice-Presidente do TRT da 12ª Região
-

## DEMAIS AUTORIDADES

- Juízes auxiliares da Presidência do TRT-18: Narayana Teixeira Hannas e Platon Teixeira Neto
  - Juiz Cleidimar Castro – Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 18ª Região (Amatra 18)
  - Advogada Cristiane Fragoso Pavan – Presidente da Associação Goiana da Advocacia Trabalhista (Agatra)
  - Joelson da Conceição Lisboa – Presidente da Associação dos Servidores da Justiça do Trabalho em Goiás (Asjustego)
  - Advogada Maria Eugênia Neves Santana – Presidente da Comissão de Direito Sindical da OAB-GO
  - Sandro Sales – Dirigente do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal na Bahia (Sindijufe-BA)
  - Advogado Cláudio Ferreira de Melo – Representante da Comissão de Direitos Sociais e Relações do Trabalho da OAB-BA
  - Mário Diniz – Vice-Presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho do Estado da Bahia (SAFITEBA)
  - Juiz Carlos Alberto Pereira de Castro – Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 12ª Região (Amatra 12)
  - Advogada Rejane da Silva Sanches – Representante da OAB de Santa Catarina
-

## **Abertura**

O Desembargador Eugênio Cesário, Presidente do TRT da 18ª Região, deu as boas-vindas aos participantes e destacou a relevância da audiência pública para a construção colaborativa das metas nacionais do Poder Judiciário para 2026. Ressaltou que o CNJ autorizou a realização conjunta de audiências por tribunais de médio porte e abordou os desafios decorrentes do aumento contínuo da demanda. Segundo ele, “a Meta 1, por exemplo, de julgar mais processos do que os recebidos, tem sido difícil de cumprir quando o volume aumenta ano a ano”.

## **Apresentação e contextualização da Proposta de Metas Inicial**

Foi realizada apresentação técnica com contextualização das propostas de Metas Nacionais para 2026, com ênfase nos desafios enfrentados pelos tribunais de médio porte. A exposição incluiu dados estatísticos e comparativos para embasar o debate.

Material apresentado:

[https://www.trt18.jus.br/portal/arquivos/2025/06/Apresentacao\\_AudienciaPublica.pdf](https://www.trt18.jus.br/portal/arquivos/2025/06/Apresentacao_AudienciaPublica.pdf)

## Manifestações dos Representantes de Tribunais

**Desembargador Jéferson Alves Silva Muricy – Presidente do TRT da 5ª Região:**

Enalteceu a importância do processo democrático e defendeu metas factíveis, equilibradas e respeitadas da saúde física e mental de magistrados e servidores. Alertou para o risco de priorizar quantidade em detrimento da qualidade das decisões: “É essencial que esse processo participativo seja valorizado. Queremos metas que sejam factíveis, humanas, atendíveis, que respeitem a saúde física e mental de magistrados e servidores”, defendeu. Para ele, a preocupação com a qualidade das decisões deve se sobrepor à mera contagem numérica: “Não podemos ter apenas preocupação com a quantidade.”

**Desembargador Ruy Salathiel de Albuquerque e Mello Ventura – Presidente do TRT da 6ª Região:**

Destacou a audiência como demonstração de compromisso com uma justiça participativa e sensível, e reforçou a importância de alinhar as metas à realidade regional. “É ouvindo o cidadão, trabalhadores, advogados, servidores e magistrados que conseguimos alinhar nossas metas aos desafios concretos de cada realidade regional. Que este momento seja um exemplo de como o diálogo e a construção coletiva fortalecem nossa atuação.”

**Fernando José Antonio de Freitas Lima (Secretário-Geral da Presidência do TRT da 7ª Região):**

Registrou, inicialmente, que estava representando a Desembargadora Fernanda Maria Uchôa de Albuquerque, presidente do TRT da 7ª Região, que não pôde participar do evento devido a uma intercorrência de última hora. Valorou a gestão participativa e a integração dos tribunais na definição das metas. “A meta nacional é uma só para todos os tribunais, então achei bastante profícua essa ideia.”

---

**Desembargadora Sulamir Palmeira Monassa de Almeida – Presidente do TRT da 8ª Região:**

Elogiou a articulação entre diferentes tribunais como estratégia para aprimorar a Justiça.

“É uma iniciativa que nos permite reunir tribunais desde o sul até o extremo norte do país para aprimorar a prestação jurisdicional à população.”

**Desembargador Arion Mazurkevic – Gestor de Metas do TRT da 9ª Região:**

Reconheceu o valor dos indicadores, mas alertou para os riscos do modelo baseado exclusivamente em quantidade. Sugeriu a construção de critérios que considerem a complexidade e a qualidade das decisões judiciais, e advertiu sobre o risco de aumento de extinções sem julgamento do mérito como forma de cumprir metas numéricas. “Reconheço a importância dos indicadores quantitativos, mas o modelo atual tem desconsiderado a principal função do Judiciário: fazer justiça. Precisamos desenvolver um modelo que também valorize a qualidade da atuação dos magistrados.” Ele alertou para os efeitos do modelo vigente, que trata de forma igual decisões de diferentes complexidades. “Uma sentença sobre aviso prévio tem o mesmo peso que uma decisão em ação coletiva com grande impacto social. Isso precisa mudar.”

**Desembargadora Quézia de Araújo Duarte Nieves Gonzalez – Vice-Presidente do TRT da 12ª Região:**

Ressaltou a importância da audiência pública como prática inovadora de gestão democrática e integrada entre os tribunais de médio porte, possibilitando uma visão conjunta das realidades regionais. Apresentou dados de Santa Catarina, destacando o expressivo crescimento econômico, empresarial e de novos casos nos últimos anos, em contraste com a estrutura atual do TRT12. Apesar desse cenário, enfatizou que o tribunal tem mantido a qualidade da prestação jurisdicional, com aumento no volume de processos julgados, elevado índice de conciliação e avanços em transformação digital, inovação e aperfeiçoamento dos processos de trabalho. Por fim, defendeu que as metas devem priorizar não apenas os resultados quantitativos, mas também o bem-estar de magistrados, servidores e da sociedade, com foco na efetividade da justiça social.

---



## Manifestações dos participantes

**Sandro Sales (Sindijufe Bahia):**

Parabenizou a iniciativa e destacou a relevância da Justiça do Trabalho no Brasil, considerando o histórico de relações trabalhistas. Manifestou preocupação com a exaustão dos trabalhadores do judiciário, devido às metas, à falta de concursos e à desvalorização salarial.

**Mário Diniz (Safiteba):**

Elogiou a audiência pública e a relevância da escuta social. Destacou o paradoxo de normas de proteção à saúde de trabalhadores privados não valerem para o setor público. Criticou o enfraquecimento da inspeção do trabalho no Brasil, pedindo mobilização. Alertou para a “pejotização” e a fragilização de direitos trabalhistas.

**Cláudio Ferreira de Melo (OAB Bahia):**

Solidarizou-se com as preocupações em relação à saúde de magistrados e servidores e a caminhada diária para o atingimento das metas. Agradeceu a oportunidade de colaborar com os TRTs de médio porte.

**Gabriel Batista (Cidadão TRT6):**

Sugeriu que os tribunais priorizem a contratação de engenheiros eletricitas para projetos de eficiência energética e gestão sustentável, como usinas fotovoltaicas e migração para o mercado livre de energia, visando reduzir custos e obter o selo de excelência do CNJ.

**Liliane Cohen Calixto (TRT8):**

Propôs que, para a meta específica de execuções extintas por satisfação da obrigação, seja utilizada a mediana em vez da média, para evitar distorções causadas por dados extremos e tornar o critério mais justo.

**Alex Barros dos Santos (SEGES - TRT8):**

Destacou a importância de manter a cláusula de barreira na Meta 1, devido ao baixo estoque processual da Justiça do Trabalho, que dificulta o cumprimento das metas em comparação com outros tribunais.

---

**Carlos Alberto Pereira de Castro (Amatra 12):** Registrou a preocupação com o atingimento das metas sempre respeitando a qualidade de vida de magistrados, servidores e demais profissionais envolvidos. Mencionou o risco de que alterações na jurisprudência, como o julgamento do tema 1389 de repercussão geral, afetem a competência da Justiça do Trabalho e os cálculos das metas. Defendeu que a humanidade das atividades deve ser sempre considerada na definição das metas.

**Rejane Sanchez (OAB Santa Catarina):** Ressaltou a relevância do debate coletivo para envolver todos na definição das metas. Reforçou sobre a saúde e, sobretudo, sobre a qualidade da entrega da prestação jurisdicional, ressaltando que o jurisdicionado é quem sofre ou recebe o resultado das metas. Expressou preocupação com as instabilidades do PJe e a escassez de estrutura física e tecnológica. Defendeu a consideração da complexidade processual nas metas.

---

**Cristiane Fragoso Pavan (Agatra):** Parabenizou o TRT18 pelo espírito democrático e efetividade, reconhecendo-o como referência. Criticou a ênfase das metas em aspectos quantitativos, ignorando particularidades da Justiça do Trabalho. Alertou que as metas podem incentivar a extinção de processos sem resolução de mérito, frustrando o jurisdicionado. Expressou preocupação com o sistema PJe e o tratamento uniforme de demandas de complexidades distintas, como ações coletivas, que podem ser desincentivadas. Reafirmou o compromisso da advocacia trabalhista com uma justiça efetiva, moderna e

**Joelson da Conceição Lisboa (Asjustego):** Agradeceu a oportunidade e abordou a necessidade de as metas diferenciarem o peso e a dificuldade de cada processo, não sendo apenas uma questão aritmética. Defendeu a inclusão de uma "meta da felicidade" para magistrados e servidores, buscando saber se estão felizes em cumprir as metas, e não apenas se preocupando com exames de saúde. Ressaltou que a busca por metas não deve levar à desconsideração do bem-estar dos profissionais. Enfatizou a importância de se atentar ao custo humano para se atingir as metas de excelência. Mencionou que os servidores não

---

voltada aos direitos sociais, mencionando preocupação com o tema 1389 do STF sobre pejotização.

querem apenas dinheiro, mas também felicidade no cumprimento das metas.

**Lucas de Paulo Sales (OAB-CE 29.330) e Suyara de Paulo Sales (OAB-CE 29.331) - Ceará:** Em manifestação por escrito, os advogados qualificados acima sugeriram: “Propomos a inclusão, como meta prioritária, da garantia de pagamento, no prazo máximo de 60 dias, de todos os precatórios que já possuam recursos financeiros disponíveis em contas judiciais.”

## Encerramento

Foi informado que todas as contribuições seriam compiladas e encaminhadas ao CNJ. Destacou-se que, mesmo sem efeitos imediatos sobre as metas, a audiência cumpriu seu papel de fortalecimento institucional e aproximação entre os atores do sistema de justiça.

A audiência pública foi encerrada às 11h55.

Eu, Ana Flávia de Paula Guimarães Rabelo, lavrei esta Ata, que foi assinada pelo Presidente e também pelo Secretário de Governança e Gestão Estratégica do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região.

# Anexo

## [Lista de presença](#)<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> <https://drive.google.com/file/d/1NDTxo8-guqHXrbaJzZcn4pzRnp5gdRiR/view?usp=sharing>